



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Itapipoca

2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca

Av. Esaú Alves Aguiar, 2011, Cacimbas - CEP 62502-000, Fone: 88, Itapipoca-CE - E-mail: itapipoca.2civel@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0070106-69.2019.8.06.0101**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Jose Americo da Cunha**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

I – RELATÓRIO

Trata-se de **Ação de Cobrança de Seguro DPVAT** ajuizada por **Jose Americo da Cunha** em face da **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.**, tendo em conta acidente ocorrido em 09 de agosto de 2018.

Contestação às fls. 39/51, requerendo a improcedência dos pedidos.

Houve determinação de perícia, desde o despacho inicial.

Inclusão do feito em mutirão de perícias às fls. 196/197.

O demandante foi intimado para o ato, entretanto, a perícia não foi realizada em virtude da ausência do autor (fls. 204/205).

À fl. 239, foi anunciado o julgamento da lide, tendo em vista que não foi apresentada justificativa à ausência do ato pericial.

Vieram-me conclusos. É o breve relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

O pagamento de indenização do seguro DPVAT reclama a prova do acidente, do dano e o grau de invalidez do beneficiário, conforme Súmula 474, do STJ.

Assim, tratando-se de pedido de pagamento de indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, por invalidez permanente, é imprescindível a verificação do grau de incapacidade da vítima, por meio da realização de perícia médica.

Assinalo, que para a viabilidade do exame pericial, *sine que non*, a presença da parte. No caso, houve designação de data e local para realização do exame técnico, devidamente comprovado nos autos (fls. 198/205).

O demandante deixou de comparecer à perícia médica. No ponto, cumpre esclarecer que a intimação dirigida ao endereço constante nos autos será considerada válida, ainda que não recebida pessoalmente pela parte, se constatada a ausência de comunicação do novo endereço ao juízo (artigos 77, V e 274, parágrafo único, ambos do CPC). Assim, a parte autora foi considerada intimada.

Ademais, não foi apresentada qualquer justificativa nos autos, acerca da ausência.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Itapipoca

2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca

Av. Esaú Alves Aguiar, 2011, Cacimbas - CEP 62502-000, Fone: 88, Itapipoca-CE - E-mail: itapipoca.2civel@tjce.jus.br

Dessa forma, a parte autora deixou de comprovar os fatos constitutivos do seu direito, qual seja, a incapacidade permanente, ônus que lhe competia.

Nesse sentido, entendimento jurisprudencial:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. PLEITO DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML). NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR À PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA. AUSÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. CONDUTA QUE CONFIGURA RENÚNCIA TÁCITA DA PROVA SOLICITADA. PRECLUSÃO DO DIREITO DE SUA REALIZAÇÃO. EXEGESE DO ART. 223, § 1º, DO CPC/2015. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Determinada a realização de prova pericial para aferir o grau de invalidez que acomete o demandante, o não comparecimento deste importa, quando injustificado, na preclusão da prova pericial e, consequentemente, na rejeição do pedido inicial. (TJ-SC-AC: 03050232920158240018 Chapecó 0305023-29.2015.8.24.0018, Relator: Joel Figueira Júnior, Data de Julgamento: 19/11/2018, Quarta Câmara de Direito Civil)

Destarte, não tendo a demandante demonstrado a existência de motivos hábeis a justificar o não comparecimento ao ato judicial previamente designado, é de se reconhecer a preclusão da prova pericial requestada, nos termos dispostos no art. 223, e §1º do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Art. 223. Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.

§ 1º Considera-se justa causa o evento alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

Consoante bem evidenciado no dispositivo legal supratranscrito, o não comparecimento ao ato pericial, sem justo motivo, implica na renúncia tácita da prova solicitada, bem como caracteriza a preclusão do direito a sua realização.

A demandante não se desincumbiu de comprovar o fato constitutivo do seu direito (art. 373, I, do CPC), na demonstração dos pressupostos necessários ao recebimento de complementação da indenização DPVAT.

Diante disso, tendo sido oportunizada a produção de prova pericial à parte autora e não havendo comprovação de motivos hábeis a justificar o seu não comparecimento ao referido ato judicial, o julgamento improcedente aos pedidos exordiais é medida que se impõe.

É como fundamento.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos autorais, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, com arrimo no art. 85, §§ 2º e 6º do CPC, obrigações estas que ficam suspensas pelo prazo de cinco anos, em razão do deferimento da gratuidade judiciária.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Itapipoca****2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca**Av. Esaú Alves Aguiar, 2011, Cacimbas - CEP 62502-000, Fone: 88, Itapipoca-CE - E-mail:
itapipoca.2civel@tjce.jus.br

Tendo em vista que não foi realizada perícia, o valor depositado a título de honorários periciais (fls. 148/150) deverá ser devolvido para a parte requerida, mediante expedição de alvará.

Publique-se. registre-se. intimem-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Expedientes necessários.

Itapipoca/CE, 01 de março de 2023.

Paulo Jeyson Gomes Araújo

Juiz de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0104/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vicente Taveira da Costa Neto (OAB 30021/CE)	D.J
FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE)	D.J

Teor do ato: "Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos autorais, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, com arrimo no art. 85, §§ 2º e 6º do CPC, obrigações estas que ficam suspensas pelo prazo de cinco anos, em razão do deferimento da gratuidade judiciária. Tendo em vista que não foi realizada perícia, o valor depositado a título de honorários periciais (fls. 148/150) deverá ser devolvido para a parte requerida, mediante expedição de alvará. Publique-se. registre-se. intímem-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários."

Itapipoca, 2 de março de 2023.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0104/2023, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 03/03/2023. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 07/03/2023, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
19/03/2023 - Dia de São José - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Vicente Taveira da Costa Neto (OAB 30021/CE)	15	27/03/2023
FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE)	15	27/03/2023

Teor do ato: "Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos autorais, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC. Condene a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, com arrimo no art. 85, §§ 2º e 6º do CPC, obrigações estas que ficam suspensas pelo prazo de cinco anos, em razão do deferimento da gratuidade judiciária. Tendo em vista que não foi realizada perícia, o valor depositado a título de honorários periciais (fls. 148/150) deverá ser devolvido para a parte requerida, mediante expedição de alvará. Publique-se. registre-se. intímem-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários."

Itapipoca, 3 de março de 2023.